

Bem-estar educativo

Um estudo, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), revelou que Portugal apresenta dos piores resultados no âmbito de garantir o bem-estar educativo. Para a elaboração do relatório foram considerados seis critérios sobre a felicidade das crianças, designadamente, o bem-estar material, saúde e segurança, educação, relações com a família e com as outras crianças, comportamentos e riscos e bem-estar subjectivo.

Analisando a felicidade das crianças de uma forma superficial, notamos que ela passa basicamente por viverem num bom ambiente familiar (afecto parental, alimentação saudável, brinquedos), gostarem da escola (educadores competentes e afectuosos, recursos materiais atraentes), terem sucesso escolar (ajudas de acordo com as necessidades educativas), não sentirem dificuldades nas amizades (fazer amigos, ser aceite por parte dos outros, brincar) e não apresentarem graves problemas de saúde.

Tanto em casa como na escola, a relação com os outros, e nomeadamente com o adulto, assume um papel importante na felicidade da criança. Até que ponto estes adultos disponibilizar-se-ão para ouvir as crianças e torná-las mais felizes?

A história da infância tem caracterizado a criança como «mini-pessoas» com «mini-direitos». O abuso de maus-tratos (corporais/psicológicos) por parte de pais e professores esteve ? e ainda está ? sempre presente na vida das crianças.

De forma a garantir um bem-estar educativo à criança, a escola, espaço onde ela passa cada vez mais tempo, terá que se reformular paulatinamente. Em primeiro lugar, o professor deverá ser, como supramencionado, afectuoso e competente. Isto significa duas coisas: virar a nossa educação ao contrário, sensibilizando as crianças para o positivo, para o que fazem bem, e assumir um clima de abertura ao aluno, em que este tem direito a intervir progressivamente na vida da sala de aula e da escola, de forma a encontrar aprendizagens que respeitem a sua individualidade, que o interessem ou motivem, enfim, que o façam gostar da escola. Dito de outro modo, a sua relação com o aluno deverá assentar na valorização, na comunicação e na negociação.

Não obstante o actual desencanto profissional dos professores, fruto de algumas (nem todas, saliento) medidas governamentais, teremos de acreditar que ainda existirão professores motivados, felizes, sempre prontos para incutir o mesmo sentimento nas crianças. Não tenhamos dúvidas de que a maneira como o professor se sente influencia o seu tom de voz, a sua postura, o seu envolvimento na situação pedagógica, a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Manter esta chama acesa é uma das funções dos líderes das escolas. Um líder, seja ele professor ou presidente, possui uma excelente capacidade de comunicação, é humilde, sabe ouvir, sabe reflectir, promove ambientes de harmonia, reconhece os sentimentos do outro, motiva os seus pares, incentiva a criatividade e a inovação, cria pactos, trabalha bem em equipa, respeita as normas e trata todos com justiça. Por sinal, o conceito de justiça é inseparável do de educação e não navega apenas nestes mares micropolíticos da escola (relações interpessoais, organização das actividades). Poderemos falar de justiça quando um aluno é punido (e bem) por agredir (verbal ou fisicamente) um professor e o inverso raramente acontece? Poderemos falar de justiça quando o professor é um ditador que monopoliza as actividades?

E como garantir o bem-estar educativo não é uma função exclusiva dos professores, falar de justiça na escola levamos, impreterivelmente, a embarcar também numa viagem macropolítica. Justiça é assumir uma igualdade de oportunidades, em que o sistema escolar deve dar as mesmas oportunidades de sucesso, independentemente da posição social do aluno. O bem-estar educativo da criança prende-se, fortemente, neste princípio, evitando a humilhação e a exclusão. Neste ponto, o Estado poderia fazer muito mais...